

Mídia como Escudo, Mídia como Arma: práticas midiáticas de resistência contra o terrorismo político em Vila Autódromo

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v12i22.51471>

Antonia Gama¹

Resumo: Este artigo explora o processo de remoção da Vila Autódromo, uma pequena favela localizada em uma área do Rio de Janeiro em franca expansão imobiliária sob o pretexto de melhorias urbanas em resposta aos megaeventos. Com base em um estudo etnográfico com duração de um ano, exploro as estratégias de resistência mobilizadas por moradores e seus colaboradores, principalmente no uso de fotos, vídeos e redes sociais, argumentando que o uso generalizado das tecnologias e infraestruturas digitais está transformando o processo e as práticas de resistência contra o terrorismo político que tem como alvo principal a população negra e pobre no Brasil.

Palavras chave: Resistência; terrorismo político; audiovisual; fotografia; redes sociais.

Medios como Escudos, Medios como Armas: prácticas mediáticas de resistencia al terrorismo político en Vila Autódromo

Resumen: Este artículo explora el proceso de desalojo en Vila Autódromo, una pequeña favela ubicada en un área de Río de Janeiro que atraviesa una expansión inmobiliaria bajo la apariencia de mejoras urbanas en respuesta a megaeventos. A partir de un estudio etnográfico de un año de duración, exploro las estrategias de resistencia movilizadas por los residentes y sus colaboradores, principalmente en el uso de fotos, videos y redes sociales, argumentando que el uso generalizado de tecnologías e infraestructura digitales está transformando el proceso y la forma de la resistencia contra el terror omnipresente que tiene como principal objetivo la población negra y pobre en Brasil.

Palabras clave: Resistencia; terrorismo político; audiovisual; fotografía; redes sociales.

Media as Shields, Media as Weapons: media-oriented resistance against the pervasive terror in Vila Autódromo

Abstract: This article explores the process of eviction in Vila Autódromo, a small favela located in an area of Rio de Janeiro going through real estate expansion under the guise of urban improvements in response to mega-events. Drawing on a year-long ethnographic study, I explore the resistance strategies mobilized by residents and their collaborators, mainly in their use of photos, videos and social media, arguing that the widespread use of digital technologies and infrastructure is transforming the process and shape of the resistance against the pervasive terror that primarily targets the black and poor population in Brazil.

¹ Antonia Gama (Antonia Gama C. de O. da Costa). Doutora em Antropologia Social com Mídia Visual pelo *Granada Centre for Visual Anthropology*, Universidade de Manchester, onde atualmente é pós-doutoranda pelo ESRC-UKRI (*Economic and Social Research Council – UK Research and Innovation*), Reino Unido. E-mail: antonia.gama@manchester.ac.uk; antoniagama.dacosta@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-2648-5846>

Recebido em 01/09/2021, aceito para publicação em 25/01/2022, disponibilizado online em 01/03/2022.

Keywords: Resistance; political terrorism; audiovisual; photography; social media.

Mídia como Escudo, Mídia como Arma: práticas midiáticas de resistência contra o terrorismo político em Vila Autódromo

Nota inicial: Agradeço aos moradores da Vila Autódromo por me darem acesso as suas casas, histórias e saberes. Este artigo teve o suporte de *Economic and Social Research Council – UK Research and Innovation* (ESRC-UKRI [grant number ES/V012533/1]). No âmbito deste artigo, a pedido dos colaboradores de pesquisa e/ou por razões de segurança, sobrenomes foram ocultados e alguns nomes reais foram substituídos por nomes fictícios.

Introdução: um novo pretexto para antigos fins

Dona Jane e sua família foram removidas da Vila Autódromo em 27 de julho de 2015. Três dias depois sua casa foi descaracterizada e demolida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. A casa de Dona Jane tinha dois quartos, uma sala-ateliê, um pequeno banheiro e uma cozinha ainda menor. Construída por seu ex-marido, as paredes da casa tinham a espessura de apenas um tijolo. Um número considerável de vergalhões

havia sido estrategicamente posicionado nas paredes para sustentar o segundo andar que Dona Jane planejara construir no futuro. A casa era modesta se comparada com outras construções de estrutura forte com dois a três andares que se podia encontrar pela comunidade. Mas grande se comparada com alguns barracos de madeira e casas térreas que foram os primeiros alvos da remoção. O sonho de Dona Jane era construir dois novos andares, um para ela e outro para suas filhas, deixando o primeiro andar exclusivamente para seu trabalho de artesanato. Cada parede interior da casa era decorada com uma mistura diferente de tinta colorida. Do lado de fora, havia um quintal em forma de U, onde Dona Jane mantinha o material de construção que ela guardara ao longo dos anos para concluir sua casa.

A pedido de Dona Jane, eu a acompanhei durante os diferentes estágios de sua remoção, filmando todo o processo. Era seu desejo guardar o material gravado por mim

junto ao arquivo fílmico que ela havia acumulado ao longo dos anos, com câmera digital ou celular, enquanto documentava as violações da prefeitura. No dia de sua mudança, um grupo de ativistas de diferentes organizações esteve no local para dar-lhe apoio emocional durante o que era esperado como um dia muito triste para a Vila Autódromo. Alguns ativistas também estavam lá para gravar o acontecimento e um testemunho de Dona Jane na emoção do momento. Enquanto empacotava seus pertences com a ajuda de suas filhas e seis funcionários da empresa de mudança terceirizada pela prefeitura, Dona Jane, de vez em quando, olhava diretamente para minha câmera e dizia:

Talvez a prefeitura esteja me tirando para que eu possa fazer a luta em outro lugar... eles vão ter que me engolir, aonde eu for. (...) A prefeitura não trabalha para o trabalhar-cidadão, ela trabalha para a especulação imobiliária. (...) Na Bíblia tem assim: eles vêm para roubar, matar e destruir, e pra colocar um fim na nossa vida.

Dona Jane começou a chorar e concluiu: "*e precisamos começar tudo de novo*". Naquele dia seu jeito peculiar de falar estava ainda mais

marcado por altos e baixos. Seu humor variava entre sentir tristeza e ser sarcástica e incisiva: " *Talvez vocês possam colocar na internet, perguntando quando que eles vão soltar os fogos [de artifício] pra celebrar minha saída (...) eles podem derrubar as paredes de concreto, mas eles não acabam com a nossa força!*".

Dona Jane viveu por 13 anos na Vila Autódromo, uma pequena favela na Zona Oeste do Rio de Janeiro, cuja população é ameaçada de remoção desde os anos 1990. A comunidade ganhou visibilidade nos últimos anos devido a um processo de expulsões e demolições que se arrastou por dois anos, alegadamente, para abrir caminho para a construção do Parque Olímpico, principal infraestrutura dos Jogos Olímpicos de 2016². O que se argumenta, entretanto, é que o pretexto de um suposto "legado olímpico" serviu para encobrir os objetivos mais antigos dos grupos políticos atuantes naquela região: abrir caminho para efetivar políticas

² A Vila Autódromo é uma comunidade autoconstruída por seus moradores em uma faixa de terra entre a Lagoa de Jacarepaguá e o antigo Autódromo Internacional Nelson Piquet (de onde a comunidade tirou seu nome).

urbanas neoliberais que atendessem aos interesses dos construtores da área civil e especuladores imobiliários, não à toa, seus principais financiadores políticos nas últimas décadas (FAULHABER; AZEVEDO, 2015).³ Essas alianças entre políticos locais e grandes construtoras demonstravam o interesse comum em explorar o Rio de Janeiro como uma fronteira renovada da expansão do capital imobiliário que iria além da parceria legítima entre empreendimentos públicos e privados⁴.

A área onde Vila Autódromo está localizada – incluindo as 20 novas

³ Vale lembrar que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (MDB), arrecadou cerca de R\$11 milhões durante sua primeira campanha política em 2008, um valor muito superior aos de seus adversários. Em 2012, ele foi reeleito e novamente tinha um extenso fundo de campanha que chegou a milhões. Mais de 60% do financiamento de sua última campanha veio de imobiliárias, que mais tarde se beneficiaram de contratos bilionários para realizar grandes obras municipais e administrar serviços públicos (FAULHABER; AZEVEDO, 2015, p. 30). O melhor exemplo é a Carvalho Hosken, uma das empresas que fundaram o consórcio responsável pelo Parque Olímpico, que doou a maior quantia para reeleição de Paes em 2012: R\$ 650 mil.

⁴ As relações entre o Estado brasileiro e as empresas privadas têm uma longa história. As noções de patrimonialismo e clientelismo têm recebido atenção acadêmica em diferentes campos de estudo. Veja, por exemplo, a obra clássica *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro* (1958), de Raimundo Faoro.

casas construídas após o acordo alcançado entre os moradores e a prefeitura às vésperas do início dos jogos – foi recentemente incluída na área administrativa do bairro de classe média/alta chamado Barra da Tijuca e, portanto, deixou de pertencer ao bairro original de Jacarepaguá. Esta mudança, assim como observado acima, serviu aos interesses de construtores e especuladores do setor imobiliário que vêm historicamente investindo na ocupação desta vasta região de população originalmente esparsa. De fato, alguns dos moradores mais antigos contam que trabalhadores da construção civil empregados em projetos de expansão da Barra da Tijuca começaram a se instalar em terras remanescentes para ficarem mais perto de seus locais de trabalho. Esse ainda era o caso de alguns moradores na época de meu trabalho de campo em 2015; o trabalho de alguns moradores e outras áreas de suas vidas estavam ligados à ou dependiam da economia da cidade, e as mesmas construções que possibilitaram seu sustento estavam agora levando suas casas embora⁵.

⁵ O processo de ocupação da Vila Autódromo iniciou-se quando pescadores, interessados

Nas últimas décadas, a Barra da Tijuca transformou-se de um bairro extenso compreendendo uma série de condomínios e alguns centros comerciais (como o grande shopping center Barra Shopping), todos localizadas às margens da longa Avenida das Américas até então com opções de transporte público muito limitadas, para uma área enorme cruzada por grandes avenidas, cheias de torres residenciais e comerciais de luxo cercadas por inúmeros shopping centers, a maioria seguindo o nome do bairro como uma marca: Barra Square, Barra Garden, Barra Mall, Rio Design Barra e o novo Shopping Metropolitano Barra – a apenas quatro quilômetros da Vila Autódromo. Em agosto de 2015, após uma longa batalha jurídica entre a prefeitura do Rio de Janeiro e parte considerável dos moradores representados por defensores públicos do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH-DPRJ)⁶, juízes da segunda

nos recursos provenientes da Lagoa de Jacarepaguá, começaram a se instalar naquelas terras em 1960. Conta-se também que, nos anos 1970, alguns dos trabalhadores da construção civil que ajudaram a construir o Autódromo Internacional Nelson Piquet acabaram por ficar na localidade.

⁶ Criado em 2007 pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o NUTH é reconhecido por seu método participativo na

instância decidiram por um acórdão de interesses, isto é, a prefeitura do Rio de Janeiro poderia seguir com o processo de remoção para atender à emergência dos jogos, na mesma medida em que os moradores que quisessem ficar tinham o direito de permanecer na Vila Autódromo.

Diante deste cenário, neste artigo exploraremos as práticas de resistência mobilizadas por moradores e colaboradores da Vila Autódromo, principalmente no uso de fotos, vídeos e redes sociais, argumentando que o uso generalizado das tecnologias digitais está transformando o processo e as estratégias de resistência contra o terrorismo político promovido contra a população negra e pobre no Brasil (GAMA, 2019).

Representação e poder infopolítico

Na virada do século, pesquisadores acadêmicos de diferentes partes do mundo passaram a explorar ações sociais e políticas na Internet ou em diálogo com novas tecnologias de mídia. Conceitos como “ciberpolítica” (EDELMAN, 2001), “ciberativismo” (RIBEIRO, 1998) e

construção da defesa de terras e casas em conjunto com os grupos ameaçados.

“ciberresistência” (FANDY, 1999) surgiram para categorizar essas novas práticas de ação coletiva. O movimento zapatista no México, de 1994, e a chamada Batalha de Seattle, em 1999, são descritos em parte da literatura como casos em que os movimentos sociais foram moldados pelo uso da Internet (VAN LAER; VAN AELST, 2010).

Os antropólogos, no entanto, têm tradicionalmente colocado a mídia como uma categoria periférica à cultura ou trabalharam com tecnologias de comunicação e informação como um fundo contextual para etnografia, e não como um objeto potencial de pesquisa (WILSON; PETERSON, 2002, p. 449)⁷. Mesmo que muitos estudiosos argumentem que uma mudança paradigmática está em andamento como resultado do uso generalizado de mídia digital e a Internet (CASTELLS, 2000), ainda há poucos exemplos na literatura antropológica tratando especificamente da política de

produção da mídia e suas consequências a nível local. Só recentemente surgiram estudos etnográficos fornecendo análises aprofundadas das implicações sociais, políticas e culturais em torno do campo das mídias digitais (COLEMAN, 2010).

No estudo *Nation as Network: Diaspora, Cyberspace and Citizenship*, a antropóloga Victoria Bernal (2014) investiga como comunidades diaspóricas estão usando a mídia digital para subverter o poder do Estado no contexto de uma sociedade marcada por violações de direitos humanos e controle da mídia. Ainda que neste trabalho os interesses temáticos sejam o nacionalismo, a migração e a diáspora na Eritreia, acredito que Bernal (2014) fornece pontos úteis para o presente argumento. Por meio de uma etnografia online de sites da Eritreia, a autora argumenta que as relações estado-cidadão estão sendo redirecionadas já que a mídia digital permite que os migrantes e exilados criem um “elástico espaço político” em que categorias como “soberania” e “cidadania” estão em constante ressignificação (BERNAL, 2014, p. 2).

⁷ Esses estudos se beneficiaram de uma ampla gama de estudos de mídia, como aqueles identificados como sociologia da mídia (da qual Couldry (2000) é um exemplo) e economia política da comunicação (ver, por exemplo, Yúdice (2004), McChesney (2000), entre outros).

Baseando-se em teorias de poder bem estabelecidas, como a "biopolítica" de Michel Foucault (1984), a "necropolítica" de Achille Mbembe (2003) e a noção de "*barelife*" de Giorgio Agamben (1998), Bernal (2014) propõe o conceito de "infopolítica" para representar as lutas dos cidadãos sobre a "gestão da informação" como um aspecto central de suas práticas políticas. Nesse sentido, o ciberespaço transforma-se em "uma esfera pública aberta" e "um espaço de reunião" onde vozes antes silenciadas agora podem gritar (BERNAL, 2014, p. 91). Como sugere Bernal:

Os sites oferecem novos espaços para experimentação política, bem como para o cultivo e expressão de novas subjetividades. Nesses espaços online, perspectivas politicamente independentes são desenvolvidas coletivamente, uma vez em que as publicações conduzem atividades impossíveis em solo eritreio – criticar publicamente o governo, mobilizando ações, construindo histórias alternativas e a revisão das narrativas nacionais (BERNAL, 2014, p. 91; minha tradução).

Uma possível ligação que pode ser traçada entre o contexto das favelas brasileiras e o estudo de Bernal é a correlação que alguns

autores fazem entre moradores forçadamente removidos de favelas e as comunidades na diáspora. Durante os anos 1960/70, quando políticas de remoção em massa foram realizadas para erradicar muitas favelas no Rio de Janeiro, por exemplo, moradores de favelas passaram a ser associados com a imposição de "diásporas urbanas" (CUNHA; MELLO, 2011, p. 433), ou seja, populações que foram expulsas sob diferentes circunstâncias políticas de seus locais de origem. No caso das comunidades migrantes da Eritreia, no entanto, os sites não têm "contrapartida off-line" (BERNAL, 2014, p. 91). Em contraste, ativistas de favelas voltados para a mídia geralmente encontram-se presencialmente para elaborar um plano de ação e, em seguida, começar a "espalhar" (JENKINS *et alli*, 2013) suas campanhas no ambiente online. No entanto, em ambos os casos, a mídia é usada como um canal onde conteúdos e subjetividades locais são mobilizados e propagados com o objetivo de neutralizar ou subverter as intervenções governamentais que violam os direitos dessas pessoas.

Seguindo as sugestões de Fletcher (2001) e Ortnier (1995), nesta

pesquisa incluiu as percepções de pessoas em ambos os lados do espectro – aqueles que queriam sair e aqueles que queriam ficar na Vila Autódromo – mas também outras perspectivas diferenciadas dentro de uma variedade de posições em relação à situação de despejo (ver GAMA, 2019). Neste trabalho, portanto, o conceito de resistência é explorado etnograficamente como uma complexa e, por vezes, contraditória prática que reúne os diferentes interesses, desejos e investimentos dos moradores da Vila Autódromo. Com base neste quadro teórico, no presente artigo sigo o argumento de Bernal sobre o papel da mídia e da informação na construção do poder do Estado na contemporaneidade:

O poder do Estado não é construído apenas por meio do controle exercido sobre território e pessoas, mas também através do controle sobre a produção e comunicação de conhecimento, informações, narrativas e símbolos. O exercício do poder infopolítico pelos estados é mais importante e mais difícil agora que as novas mídias estão descentralizando a comunicação, abrindo caminhos alternativos de produção e distribuição de conhecimento. Ao destacar-se a infopolítica, traz-se para o centro da discussão aspectos da mídia

que foram subteorizados (BERNAL, 2014, p. 8; minha tradução).

Diante deste contexto, o ponto que destaco é: em que medida os movimentos de resistência ganham poder por meio da atividade midiática para subverter a ação do Estado? Estou ciente de que eles não estão, de fato, mudando o funcionamento do sistema político-econômico em geral. No entanto, como observado anteriormente, as comunidades online podem estar engendrando “novas dimensões de mudança social” (WILSON; PETERSON, 2002). Exemplos em todo o mundo têm mostrado que a Internet forneceu à sociedade civil novas ferramentas para apoiar as reivindicações dos ativistas (VAN LAER; VAN AELST, 2010, p. 1147). Portanto, argumento que a exposição na mídia pode desempenhar um papel no combate à violência estatal direta e indireta. Entendo que ao exibir e circular suas lutas diárias na *web* – às vezes em tempo real –, os ativistas podem recrutar muitos apoiadores externos e defensores para ajudar sua causa, construindo uma extensa rede de ativismo. Acima de tudo, essa

exposição na mídia torna muito mais difícil para o governo local empregar os métodos de remoção forçada do passado, que por vezes já envolveram até incêndios criminosos. Além disso, a alimentação contínua de um *feed* de notícias também atende aos interesses de grupos de mídia independentes, dentro e fora do Brasil, interessados no acompanhamento de suas campanhas e no impacto dos megaeventos em cidades como o Rio.

Porém, da mesma forma que promove conexões, sugere Bernal (2014, p. 91), a Internet também pode promover fragmentação. Novas mídias também são ferramentas potentes de reprodução das desigualdades e da opressão, uma vez que diversos atores sociais, por vezes representativos de ideologias conservadoras ou repressivas (incluindo órgãos governamentais e partidos políticos), também fazem uso intensivo dessas tecnologias (RIBEIRO, 1998, p. 334) – a exemplo dos apoiadores de extrema-direita do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Em contraste com aqueles como Bernal, que afirmam o atual significado político da Internet, outros sugeriram que tem havido um

entusiasmo desproporcional em relação ao uso das mídias sociais para fins ativistas, e que os movimentos cibermediados só podem resultar em “laços fracos” entre seus membros (GLADWELL, 2010). Então, como os movimentos de resistência lidam com essa fragmentação? Como eles conseguem manter-se conectados? Parece que a dimensão *offline* de suas atividades é o que os mantém unidos, e é também o que atrai os colaboradores (pesquisadores, cineastas e jornalistas independentes) a retornar ao local da luta após uma primeira visita.

No mundo centrado na imagem em que vivemos hoje, as pessoas usam a mídia para todos os tipos de propósitos. Isso significa que a contribuição da mídia está intimamente ligada a como as pessoas a usam e, precisamente por essa razão, que uma etnografia detalhada de como as pessoas a usam para ativismo e resistência na Vila Autódromo é tão importante. Neste sentido, sugiro que a Internet é um local de relacionamentos e atividades que permite às pessoas contornar os caminhos normativos e hegemônicos da política para contar uma história

diferente e, segundo os ativistas, mais verdadeira de sua situação. Eu exploro essas questões, com o objetivo de contribuir para o conhecimento antropológico sobre as interações dialéticas entre poder e resistência, enquanto forneço outras perspectivas sobre as novas práticas de ativismo e a influência das novas mídias nos movimentos sociais contemporâneos.

De Volta à Dona Jane: cercear para expulsar

No dia em que a casa de Dona Jane foi demolida, eu havia chegado bem cedo à Vila Autódromo. Os moradores-ativistas haviam me ensinado a não cair nas armadilhas dos agentes locais. Eles espalhavam rumores sobre situações que aconteceriam em determinados dias, horários e lugares para nos induzir a estar longe de onde estaríamos cometendo abusos que não queríamos que testemunhássemos ou filmássemos; e eu havia prometido à Dona Jane que não perderia a demolição de sua casa. Diferente de outras casas na Vila Autódromo, esta era frágil e simples de pôr ao chão. Ainda que a estrutura física não fosse das mais fortes, remover Dona Jane

não foi tarefa fácil. Ela fez tudo que estava a seu alcance para dificultar as ações da prefeitura: “*Já que tive que desistir [de lutar contra a remoção], [pelo menos] eu vou fazer as coisas do meu jeito*”. Em contraste com outras demolições que acompanhei na Vila Autódromo, esta seria feita sob os olhos atentos da chefe da família. Como parte da “negociação” que ela foi forçada a fazer com a prefeitura, Dona Jane exigiu estar presente em cada parte do processo: desde a retirada de seus móveis e pertences e “descaracterização” de sua casa até a demolição da estrutura.

“Negociação” é o termo que moradores, ativistas e agentes da prefeitura usam em oposição à ideia de resistência ou à ideia de “luta”. No contexto do meu campo, as pessoas eram geralmente divididas entre aqueles que resistiam e lutavam e aqueles que desistiam e negociavam, escolhendo trocar suas casas autoconstruídas por um pequeno apartamento no conjunto habitacional ou chegando a um acordo quanto ao preço de sua casa. No entanto, ao longo da pesquisa ficou demonstrado que outros elementos estavam em jogo para os moradores – pessoais,

morais, ideológicos, dentre outros – e as fronteiras entre resistência e desistência não tinham como ser tão nítidas (GAMA, 2019).

No caso da Dona Jane, havia um consenso entre os moradores da Vila Autódromo sobre as circunstâncias com as quais ela teve de negociar sua indenização e, portanto, a negociação era considerada compreensível por muitas pessoas, enquanto outros ativistas eram criticados por “abandonar a luta cedo demais”. Dona Jane era uma das moradoras cuja casa foi incluída em um dos decretos de desapropriação lançados pelo prefeito do Rio de Janeiro em março de 2015.⁸ Desde então, Dona Jane teve de enfrentar todo tipo de pressão dos oficiais da prefeitura. Além da pressão psicológica à qual foi exposta enquanto moradora e membro da Associação de Moradores, Dona Jane também teve que suportar as enormes mudanças espaciais feitas constantemente ao redor de sua casa.

⁸ Um ano após o início das remoções, o então prefeito Eduardo Paes lançou três decretos para desapropriar a maioria das casas remanescentes na Vila Autódromo, confirmando algumas ameaças que moradores haviam reportado anteriormente.

Em um dos momentos mais emotivos de nossa entrevista, quando eu a visitei pela primeira vez em sua casa nova em 2016, Dona Jane lembrou:

Os funcionários [da prefeitura] me pressionavam. Não os peões de obra. Os peões ficavam indignados com o que eles viam a prefeitura fazer com a gente, alguns até vinham no final do expediente pra se solidarizar comigo e a minha família. Mas os funcionários eram pressionados pra pressionar a gente, pressionar as outras famílias.

Então eu perguntei se ela poderia me dar um exemplo do que ela queria dizer com “pressão”. E ela respondeu:

Quando eles estavam trabalhando no sistema de drenagem [no início de 2015], eles ficavam me vigiando e começaram a construir o sistema em direção a minha casa. Ainda tinha uns 40m de distância da minha casa. Às vezes eles ficavam uma semana sem trabalhar ali, às vezes trabalhavam só um pouco.... aí foi no dia 25 de abril, eu nunca vou me esquecer dessa data, eu fui o dia todo para um evento em Vargem Grande, eu convidei a (Dona) Penha e nós fomos para o Tira Caqui, um evento de ecologia. [...] Quando eu cheguei em casa à noite já não tinha mais acesso para eu entrar na minha casa.

Dona Jane parou para secar as lágrimas e se recompor. Eu perguntei

se ela queria que eu parasse a gravação. Ela respondeu que queria continuar e que precisava ser forte. Demos uma pequena pausa. Eu dei a ela um copo de água e ela continuou a história:

Eu tive sorte que o pai das minhas filhas e outros vizinhos estavam lá. Eles pegaram umas pedras e areia das obras que estavam ao lado da minha casa e improvisaram um caminho pra mim no meio de toda aquela lama. Não tinha luz na rua, eles tinham desligado, foi muito sacrifício. [...] Eu fiquei muito chocada. Mas eu me mantive em silêncio. [...] E pensei comigo, eu não posso mais sair de casa, nem pra fazer algum trabalho, ou cuidar de mim, eu não vou sair pra nada, eu vou me fincar aqui porque essa é a prova de que, de fato, eu posso chegar um dia e não encontrar minha casa [no lugar], como eu vi acontecer em outras comunidades no Recreio.

A casa de Dona Jane e a de Seu Altair (então presidente da Associação de Moradores), ambas demolidas no mesmo dia, eram as únicas habitações que permaneciam em pé em uma grande área vazia ao lado da entrada da comunidade, onde a prefeitura havia estrategicamente colocado enormes pilhas de material de construção. Todas as casas ao redor das deles haviam sido gradualmente demolidas entre março

de 2014 e julho de 2015. De acordo com os funcionários da prefeitura, nos decretos de desapropriação constava que aquela área “*precisava ser liberada para que o acesso ao Parque Olímpico fosse construído*”. Dona Jane, Seu Altair e outros moradores tiveram que resistir por meses às obras em suas portas, até o ponto em que não somente tinham que improvisar acessos temporários as suas casas, como também suportar a constante falta de água e eletricidade, além das perturbações sonoras junto à poeira das obras. Ao remover estes dois ativistas, a prefeitura ampliou seu controle territorial em direção ao centro da Vila Autódromo, deixando todas as demais casas rodeadas pelas obras ou pelo muro do Parque Olímpico. Como ambos eram também os principais líderes da Associação de Moradores, atacá-los também era uma parte importante da estratégia política da prefeitura.

Essa intenção em permitir que a Vila Autódromo fosse cercada e 'engolida' pelas obras, e a consequente tensão emocional que isso causava aos moradores, foi uma estratégia central na tentativa de erradicar a comunidade. A política de

destruição da gestão Eduardo Paes desordenava a espacialidade local, desconstruindo acessos às casas e à Vila mediante as obstruções. As mudanças causadas ao único acesso que os moradores tinham à comunidade e algumas casas, ao ponto de às vezes nos perdermos ou ficarmos encurralados em alguma via, também eram usadas como táticas de remoção. Ao final, criavam gradativamente um ambiente degradado e insalubre que resultava na destruição da vida social; uma das mais importantes táticas que a prefeitura usou para fazer as famílias sentirem-se cerceadas e, finalmente, cederem à pressão. Como um dos moradores contou-me anonimamente:

A pessoa acaba desistindo. Você fica sem água hoje, amanhã, o dia depois de amanhã, você fica sem luz, sabe? Eles desligam as luzes da rua; você não tem mais acesso à comunidade. [...] Aí você sai para ir ao mercado e quando você volta você não pode mais entrar [em casa] porque abriram uma cratera (na sua porta). Quer dizer, são essas as coisas que eles fazem na comunidade que eles não fariam em um condomínio na Zona Sul, por exemplo, ou mesmo na Barra da Tijuca.

Além das mudanças em termos de acesso, outras táticas envolveram

demolições surpresa após o cerceamento de áreas inteiras da comunidade com a presença de guardas municipais, os quais às vezes tinham a ajuda de policiais militares fortemente armados. Além disso, “descaracterização” era o termo técnico usados pelos funcionários da prefeitura para descrever o processo de remover as portas, janelas e, por vezes, tetos das casas, quando estas partes não eram removidas pelos próprios moradores com a intenção de revendê-las. Esse processo também incluía fazer enormes buracos nas paredes das construções. Os funcionários instruíam os agentes de demolição a descaracterizarem a casa assim que a família se mudasse para evitar que outras pessoas a ocupassem antes que ela fosse demolida. Às vezes casas descaracterizadas levavam meses para serem demolidas, a depender de seu status legal. Outras vezes, especialmente ao final do processo de remoção, casas eram demolidas imediatamente após a retirada das famílias.

Seja como for, com frequência, pilhas de entulho eram deixadas deliberadamente por semanas para

umentar ainda mais a sensação de degradação ao ambiente. Entulhos foram usados, portanto, como uma arma efetiva no ciclo da política de destruição já que serviam para aumentar a tensão e o desconforto dos moradores remanescentes, até mesmo daqueles que sempre estiveram a favor de resistir à remoção. Essas circunstâncias ajudaram a produzir um efeito dominó: muitas famílias que estavam determinadas a resistir no início do meu trabalho de campo, ao final, contaram-me que haviam decidido negociar porque, além da degradação da infraestrutura, o lugar já não era mais “a Vila Autódromo de antes”.

O terror político, ou a política do terror, estendia-se às emoções dos moradores e ao estado de medo e incerteza, para além da precariedade econômica e/ou de severas condições de saúde que alguns moradores já tinham como parte de suas vidas. Ainda que falassem frequentemente em público que “negociação é diálogo”, no dia a dia os funcionários usavam a desinformação como recurso. Essas táticas ou “artimanhas

de manipulação psicológica”⁹ eram recorrentes no contexto da violência estatal e eram pensadas para enganar as pessoas e provocar conflitos entre vizinhos e às vezes entre membros de uma mesma família. Por exemplo, em alguns casos a prefeitura não negociava a indenização com unidades familiares que haviam decidido sair quando elas dividiam o mesmo terreno com outras unidades familiares que haviam decidido resistir. Assim, a unidade familiar que decidia se mudar precisava pressionar as outras para aceitarem a remoção; neste contexto, algumas pessoas começaram a colaborar com a prefeitura passando informações importantes sobre ativistas dentro de seu próprio círculo familiar. De maneira similar, quando proprietários queriam discutir indenizações, a prefeitura se recusava a começar as negociações antes que os inquilinos tivessem concordado em sair.

Em outras instâncias, ameaças eram claramente utilizadas como intimidação. Dona Josefa, uma mulher

⁹SLUKA, Jeffrey. Introduction: State terror and anthropology. In: SLUKA, Jeffrey (ed.). *Death squad: the anthropology of state terror*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2000.

que se declarou parda, divorciada e mãe de três filhos, era uma das vendedoras que costumava vender salgados e bebidas na entrada da Vila. Ela havia se mudado da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio, para a Vila Autódromo há 20 anos e ainda considerava sua casa “inacabada”. Demorou 20 meses para Dona Josefa e sua família serem compensadas pela remoção com um apartamento no conjunto habitacional. Enquanto isso não aconteceu, ela resistiu à diferentes ameaças por parte dos agentes locais, algumas das quais ela compartilhou comigo:

Se eles não tirarem na boa, eles vão tirar na marra porque esse é o objetivo deles. Isso foi me passado. A Marlene (funcionária da prefeitura) falou pra mim: “se você não sair por bem, você vai sair por mal. Jogo a casa por cima de você e dos seus filhos. Não quero saber”. Entendeu? Não teve nenhuma conversa, não. Foi essa a conversa. Eu disse para ela: “então, você joga por cima” e eu continuei. [...] Eu acho que só pelo o que eu passei eu merecia uma indenização por danos morais, só pelo o que eles fizeram na minha cabeça e na cabeça dos meus filhos. Um terror psicológico.

O testemunho de Dona Josefa evidencia o lado mais perverso da política de terror e destruição utilizada

pela prefeitura. Enquanto uns tiveram a chance de negociar a indenização até o ponto em que consideraram que era justo para reconstruírem suas vidas em outro lugar, outros moradores como Dona Josefa (muitos não-ativistas) tiveram que resistir ao tipo de ameaça “por bem ou por mal”. “Ficar para trás” ou “acabar sozinho” também eram algumas das muitas ameaças da prefeitura. “Todos serão removidos no final”, diziam os funcionários da prefeitura, contradizendo as promessas do prefeito na mídia.

Considerando o terror promovido pelo estado como uma estratégia de intimidação política e coercitiva que pode ou não envolver violência direta,¹⁰ entendo a política do terror em suas nuances através das relações diárias de poder entre o estado – representado aqui pelos funcionários da Secretaria Municipal de Habitação– e os moradores e

¹⁰Ver SANFORD, Victoria. Contesting displacement in Colombia: citizenship and state sovereignty at the margins. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe, NM: School of American Research 2004, p. 253-277 e SLUKA, Jeffrey. Terrorism and taboo: an anthropological perspective on political violence against civilians. *Critical Studies on Terrorism*, 1(2), p. 167-183, 2008.

apoiadores da Vila Autódromo, resultando numa atmosfera diariamente opressiva.

Na coleção seminal de estudos de caso, *Death Squad: The Anthropology of State Terror*, Jeffrey A. Sluka define o terrorismo de estado como "o uso ou ameaça de violência por parte do estado, ou seus agentes ou apoiadores, especialmente contra indivíduos civis e populações, como meio de intimidação e controle político (ou seja, um meio de repressão)" (2000, p. 2; minha tradução). Geralmente, "terror" tem sido explorado tanto como "terrorismo estatal" – dos quais os "esquadrões da morte" (SLUKA, 2000) e períodos ditatoriais na América Latina e outros lugares são alguns exemplos – ou como "terrorismo antiestado", por exemplo, em relação aos guerrilheiros (SANFORD, 2004) ou "combatentes da liberdade" (SLUKA, 2008). Tortura, assassinato e genocídio são as formas extremas de terror, no entanto, como Nagengast (1994, p. 114) observa, "terror patrocinado pelo Estado" ou "violência política" "pode ou não significar violência direta".

Neste contexto, uso o termo "terror político" para descrever o tipo

de regime de poder estatal que se infiltra nas relações e eventos na Vila Autódromo como uma força contínua e incessante de intimidação. O terror político é o meio através do qual o estado exerce pressão físico-espacial e psicológica para intimidar cidadãos que têm acesso limitado aos seus direitos, forçando-os a obedecer aos seus objetivos, neste caso, render-se à remoção da Vila Autódromo. Como resultado do senso de desorientação e deslocamento ou, finalmente, por puro desespero ou senso de sobrevivência, muitos moradores acabaram decidindo sair de suas casas em vez de permanecerem. Existiram, certamente, alguns episódios críticos durante o processo de remoção que envolveram ameaças diretas à vida dos moradores, dos quais o melhor exemplo foi o ataque violento da tropa de choque da Guarda Municipal que deixou cinco moradores gravemente feridos em junho de 2015. Ainda que não envolvesse sempre a violência física, o terror infiltrado em situações do cotidiano também pode ser visto como ameaça à vida no sentido em que destrói a subsistência, a saúde, o bem estar e a vida social das pessoas

– e, como último recurso, a política do terror destrói a casa.

"As máquinas estão sendo ligadas"

Era o dia do plantão de Luiz Cláudio no portão de entrada da Vila Autódromo. Um pequeno grupo de moradores-ativistas decidiu construir este portão alguns dias após o confronto que havia ocorrido na favela no dia 3 de junho de 2015. O principal objetivo era restringir as idas e vindas dos caminhões de construção e tratores. Os ativistas inicialmente o improvisaram com pedaços de madeira e entulho até que conseguiram encontrar cones de trânsito e uma pequena cabine para o observador. Por muito tempo, um grupo reduzido demoradores se comprometeram a vigiar o portão em turnos alternados – de 5h às 11h e de 11h às 17h. O protocolo era que quando um carro se aproximasse do portão, o observador iria até a janela do motorista perguntar o motivo de sua visita. Somente os que eram conhecidos na região ou tinham o adesivo da campanha "Viva a Vila Autódromo" colado na janela do carro eram autorizados a passar sem serem

parados. Outro propósito importante de ter o portão de entrada na Vila foi impedir que o grande número de funcionários do Parque Olímpico seguisse utilizando os espaços vazios das casas demolidas como estacionamento, algo que vinha acontecendo há muitos meses. Muitos moradores sentiram como se estivessem sendo invadidos por essas pessoas e viam sua indiferença como um grande desrespeito ao que se passava na Vila Autódromo, para além do estresse causado por tantas mudanças.

Comprei duas xícaras de café com a Dona Josefa, que havia posicionado sua banca estrategicamente na rota dos trabalhadores iam e vinham do Parque Olímpico. Dei uma das xícaras de café ao Luiz Cláudio e fiz companhia a ele, conversando, enquanto ficávamos de olho nas pessoas que passavam pelo portão. Uma das coisas sobre as quais conversamos foi que já haviam se passado quatro dias desde que a prefeitura demoliu uma casa, exceto por uma que havia sido demolida em função da gravação de um programa televisivo que tinha acontecido alguns dias antes. O programa de TV era

"Profissão Repórter", da Rede Globo, segunda maior emissora do mundo que fora historicamente um aliado midiático do então prefeito Eduardo Paes. Apesar disso, o "Profissão Repórter" ficou conhecido por sua reportagem independente sobre questões da imprensa brasileira e esse episódio em particular foi parcialmente dedicado a mostrar o que estava acontecendo na Vila Autódromo. De maneira geral, os moradores se sentiram bem representados pela reportagem e ainda hoje a usam como o vídeo de abertura em seu perfil no Facebook. Aquela foi uma das raras ocasiões em que testemunhei os moradores não se sentirem mal representados pelos meios de comunicação. Eles costumavam ficar incomodados com a forma como a cobertura da mídia retratava a Vila Autódromo. Isso ocorre em parte porque muitas pessoas no Brasil tendem a ser a favor da erradicação das favelas; além disso, representações da mídia e do cinema têm historicamente reforçado os estereótipos associados aos moradores de favelas no Brasil (GAMA, 2009; GAMA, 2014).

Enquanto estávamos no portão, Luiz Cláudio também me disse que os defensores públicos haviam pedido aos ativistas que não permitissem que a prefeitura fizesse mais demolições. Eles haviam conseguido aprovar uma liminar que a obrigava a ter uma licença específica para demolir cada casa deixada vazia por novos despejos dentro perímetro dos decretos de desapropriação. "Mas existem muitas violações acontecendo para apenas alguns fiscais", observou Luiz Cláudio e acrescentou: "É difícil porque você tem que colocar o pão na mesa todo dia e proteger a sua casa ao mesmo tempo. "Após o turno dele no portão entre 5h e 11h, Luiz Cláudio ainda foi cumprir seu turno oficial de trabalho como instrutor de ginástica.

Aquele momento da minha etnografia tornou-se um momento crucial para os ativistas, e, conseqüentemente, para as autoridades locais, já que o confronto de 3 de junho havia provocado uma agenda agitada de cobertura da mídia e um grande fluxo de visitantes de diferentes locais do país e do mundo. Quando as forças municipais entraram em confronto com alguns moradores, a visibilidade que a Vila Autódromo já

havia alcançado com base em sua proximidade com o Parque Olímpico e no trabalho de mídia-ativistas, foi impulsionado ainda mais por algumas das cenas violentas que se tornaram virais, especialmente a fotografia retratando o nariz quebrado de Dona Penha e seu rosto coberto de sangue. Não penso que tenha sido uma coincidência que, dois meses depois, juízes da segunda instância que trabalhavam no processo estivessem presentes na Vila Autódromo para realizar uma inspeção na qual baseariam sua decisão final; esse tipo de visita é considerado extremamente raro no sistema judiciário. Todos nós sabíamos que aquela inspeção – prevista para ocorrer no início de agosto – ia definir o destino da Vila Autódromo. Assim, enquanto a prefeitura corria contra o tempo para despejar as famílias e demolir o maior número de casas possível antes da inspeção, os defensores públicos aprovavam uma decisão que proibia demolições sem uma licença específica. Esta liminar foi crucial para o grupo, cada vez menor de ativistas, que estava lutando para manter-se presente em torno das casas restantes. Eles precisavam manter

tantas casas em pé quanto possível, a fim de demonstrar aos juízes que a Vila Autódromo ainda era uma comunidade viável e que havia número suficiente de pessoas que queriam morar lá.

Deixei o Luiz Cláudio no portão por um momento e fui dar uma volta. Atravessando um dos becos, vislumbrei uma discussão entre Nathália, Sandra Maria e duas autoridades locais do gabinete do vice-prefeito responsáveis pelo monitoramento de demolições, Miguel e Torres. Ao me aproximar do grupo, ouvi Nathália dizendo que ela iria obter "o documento". Ela estava se referindo à liminar dos defensores públicos sobre a qual Luiz Cláudio havia me contando antes. Nesse ínterim, Luiz Cláudio tinha chegado para ajudar enquanto Lia, outra moradora-ativista, fazia a cobertura para ele no portão. Consegui acompanhar o diálogo: – Luiz Cláudio: "*Cadê a licença para demolir?*", repetindo a pergunta que presumo que Nathália e Sandra Maria já tinham feito. Enquanto falava, Luiz Cláudio se posicionou em frente à casa sob ameaça. Torres, o mais hostil de todos os funcionários locais,

respondeu. – Torres: "*Onde está o papel que proíbe a demolição?*"

Nesse momento, Luiz Cláudio me pediu para pegar o documento em sua casa com a Dona Penha, enquanto se manteve enraizado no local. Corri para sua casa apenas para encontrar Nathália no caminho de volta, já segurando o documento. Foi quando ela me disse:

– "*Eu continuo pedindo a licença (para demolir), mas eles não me mostram*".

Corremos de volta para a frente da casa e Nathália entregou o documento ao Torres. O funcionário reclamou que se tratava de uma cópia, em vez do original, mas recuou dizendo que sua chefe estava a caminho "para resolver a situação". Miguel ficou ao telefone o tempo todo apoiando as reivindicações de Torres.

Enquanto estávamos lá, Lia continuou enviando atualizações de quem estava passando pelo portão em nosso grupo de WhatsApp "S.O.S. VILAAUTÓDROMO". Avisou-nos que a funcionária Marlene tinha chegado. Mas em vez de passar por onde estávamos, "para resolver a situação", a assessora passou por nós e foi para outro lugar. Como a demolição da casa estava suspensa, pelo menos por

um dia, Luiz Cláudio, Nathália e eu concordamos em ir trabalhar no pacote de vídeos e fotos estávamos editando para a inspeção dos juízes. Antes de sair pela frente da casa, Luiz Cláudio combinou com Álvaro, filho de um morador-ativista que cruzava a rua de bicicleta, que nos avisasse o mais rápido possível caso a assessora se aproximasse da casa. Enquanto isso, a pedido de Nathália e do pai dela, Luiz Cláudio, lancei um pequeno relatório no aplicativo de mensagens sobre o estado atual da casa, enfatizando que éramos um grupo pequeno ali, menor do que o normal. Outros ativistas responderam dizendo que tentariam chegar lá para nos ajudar o mais rápido possível. Em resposta a minha mensagem, Sandra Regina, outra moradora-ativista, postou uma mensagem para Thompson, filho de um morador que por acaso era cinegrafista da TV Record, outro meio de comunicação de notícias. Seguiu-se o seguinte diálogo online:

– *Sandra Regina: Thompson [,] precisamos da mídia porque nossos direitos não estão sendo respeitados.*

– *Nathália: Gente, qualquer um que estiver aqui na comunidade*

vá lá [paraa casa] para nos apoiar!!

– Lúcia: Alguém já atualizou os defensores públicos sobre o que está acontecendo? Estou longe e não consigo alcançar a comunidade agora.

– Prof. Regina: Acabei de falar com a Adriana [defensora pública], ela está ligando para a Dona Penha [para dar mais instruções].

–Antonia: Marlene acabou de passar por nós e foi ver outra casa por enquanto.

– Larissa: Ok, mas não tem gente sendo removida, certo?

– Mariana: Pessoal, mantenham-nos atualizados sobre a situação! Estamos nos mobilizando para que mais pessoas estejam lá caso haja a possibilidade de alguma remoção hoje.

–Antonia: Acho que não, eles querem demolir as casas daqueles que se foram...,mas sem a licença para demolir.

Poucos minutos depois, Lia atualizou a todos sobre o que estava vendo no portão de entrada:

– Lia: Os caras da demolição estão chegando com marretas, eles estão entrando novamente com aqueles cilindros que eles usam nas máquinas.As máquinas estão sendo ligadas. Havia também um morador entrando com eles segurando uma marreta. Achei estranho.

–Antonia: Até o momento, a escavadeira está apenas removendo os escombros.

– Paula: Já encaminhei a mensagem a todos.

– Mariana: João, do gabinete do deputado Flávio Serafini, segue para Vila agora.

– Larissa: Oh, isso é ótimo. Rita, a defensora pública, também.

– Prof. Fernanda: Muito bom!

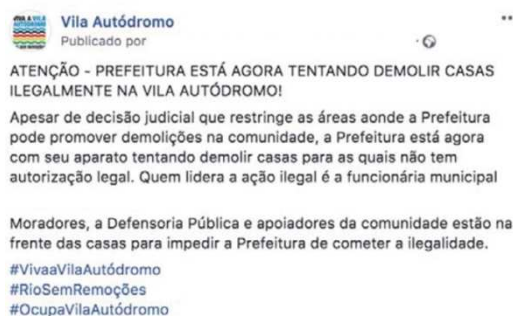
Além de mim e dos moradores Robson, Sandra Regina, Nathália e Lia, a interação incluiu alguns representantes importantes de grupos ativistas que apoiavam a resistência em Vila Autódromo. Lúcia, da Pastoral de Favelas, entidade fortemente católica influenciada pela Teologia da Libertação, que desempenhou um papel importante na organização dos movimentos sociais nas favelas desde a redemocratização do país no final dos anos 1980 (BRUM, 2018); Larissa e Mariana, ambas naquela época pesquisadores universitários, respectivamente, das Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro; Larissa também fazia parte do Comitê Popular da Copa do Mundo e Olimpíadas e Mariana era assessora parlamentar do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade); e as professoras universitárias e pesquisadoras Prof. Regina e Prof. Fernanda.

Assim que nosso diálogo online chegou ao fim, a Prof. Regina ligou-me para encaminhar a nova orientação dos defensores públicos: deveríamos

registrar tudo o que estava acontecendo, incluindo os rostos de todos os funcionários, e adicionar a capa de um jornal ao enquadramento como prova do dia em que a violação estava acontecendo. O objetivo deles era usar as fotografias e imagens em movimento como evidência para multar a prefeitura e entrar com uma ação contra os funcionários que estavam violando a liminar. Eu então perguntei à professora Regina se os funcionários poderiam me proibir de registrar as interações e ela disse que eles não tinham o direito legal de fazê-lo, e que deveríamos seguir produzindo material.

Ao final, a funcionária da prefeitura não voltou para ameaçar aquela casa específica, mas esteve presente por todo o período da tarde, quando outra casa se tornou alvo de demolição. Outros ativistas (residentes e não residentes) chegaram para nos ajudar, como prometido em nosso diálogo, mas a outra casa acabou sendo alvo de demolição no final do dia. Na ocasião, a funcionária Marlene afirmou que a casa não estava na lista de decreto de desapropriação do prefeito e, portanto, poderia ser demolida sem licença. Os defensores

públicos e ativistas argumentaram o contrário, presencialmente e no ciberespaço. Enquanto tudo acontecia, um dos ativistas da rede de colaboradores publicou no grupo do Facebook:



A publicação incluiu fotos que Nathália havia tirado no local e explicava o contexto da "demolição ilegal". Também fazia referência explícita à assessora do prefeito ligada à Secretaria Municipal de Habitação, e era seguida pelas três principais *hashtags* que marcaram as

campanhas online da Vila: #VivaaVilaAutódromo, #RioSemRemoções e #OcupaVilaAutódromo. Larissa e eu compartilhamos a publicação em nossas páginas pessoais imediatamente. Nos próximos dias, 95 outras pessoas compartilharam a postagem original em suas páginas. O resultado daquele dia, fazendo uso da infraestrutura organizacional e tecnológica do WhatsApp, foi que os ativistas acordaram uma programação alternada das pessoas que seriam responsáveis por percorrer as casas da Vila Autódromo em campanha para o dia da visita dos desembargadores.

Mídia-ativismo e infraestruturas digitais

A situação etnográfica que descrevi introduz algumas das estratégias que ativistas da Vila Autódromo desenvolveram para resistir ao processo de remoção, além de elementos que identifiquei como práticas de resistência orientadas para a mídia ou, simplesmente, como ativismo midiático. À luz da crescente relevância das estratégias ativistas moldadas por tecnologias digitais (BERNAL, 2014; CASTELLS, 2012),

defendo que o uso da visualidade e das redes sociais é inseparável da política de resistência na Vila Autódromo. No entanto, é apenas um caminho entre uma constelação de outros meios de resistir à exclusão urbana dentro de uma dinâmica mais ampla de terror/resistência. Conforme revela a vinheta etnográfica acima, não há sentido em lutar em uma dimensão apenas, se quisermos definir *online* e *offline* como dimensões intrinsecamente diferentes.

Menos em termos de proporção, mas semelhantes em termos de simbolismo e motivação, movimentos de resistência contra remoção (e mais frequentemente aqueles contra o genocídio das populações negras) poderiam ser considerados como parte das práticas identificadas por Castells (2012) como “movimentos sociais em rede”. O espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço e o espaço urbano em interação implacável, constituindo, tecnologicamente e culturalmente, comunidades instantâneas de práticas transformativas (2012, p. 11). Castells

(2012) também destaca que, em qualquer caso, o que une esses grupos de pessoas é a reivindicação coletiva por "dignidade" em um contexto de desigualdades de poder galopantes. Embora o 'mundo *online*' não seja o único universo através do qual os moradores da Vila Autódromo se opuseram e resistiram, esta ferramenta é inseparável de suas ações políticas; é o meio pelo qual eles tornaram públicas suas opiniões e condições de vida implacáveis. Além disso, foi uma forma inédita de fazer parte das narrativas que estão sendo feitas sobre o que aconteceu com eles – ou seja, uma maneira singular de reivindicar a realidade ou verdade em oposição ao que estava sendo noticiado sobre eles na plutocrática e tradicional mídia brasileira. Eles estavam participando do debate público, enquanto mudavam o processo e forma do que a literatura define como resistência.

Deve-se mencionar que existe uma expectativa comum de que o uso das redes sociais deve ser quantificado e qualificado de acordo com o seu alcance, ou seja, quanto mais amplo for o alcance, mais bem-sucedida será a disputa cibernética.

Esta expectativa cria certo ceticismo em relação à eficácia da Internet para fins políticos e de resistência. Porém, meu trabalho na Vila Autódromo estava longe de tentar quantificar o sucesso do uso das mídias sociais. O ponto que escolho destacar aqui é que ao implantarem as ferramentas que possuíam, estes ativistas acabaram por criar novas estratégias em uma situação que se adequava à sua política de resistência. Em meu campo, nenhum morador revelava uma expectativa romântica ou ingênua de sua resistência, independentemente dos meios que escolhia para resistir. Ao contrário, na Vila Autódromo a resistência sempre foi definida como "luta", o que significa uma luta diária constante para antecipar as ações do Estado e combater suas narrativas enganosas. Tudo o que sabiam era que isso precisava ser feito, mas ninguém poderia saber o resultado. Portanto, promover uma discussão sobre a Internet como sendo tanto intrinsecamente conservadora quanto libertadora, produz uma falsa dicotomia simplesmente porque pode ser ambos ou nenhum dos adjetivos acima. Em um mundo saturado pelas

imagens e uso da mídia, todos usamos as novas mídias com diversos propósitos. Portanto, seus valores estão estreitamente conectados a como as pessoas as usam, e é precisamente por isso que uma etnografia detalhada de como as pessoas as estavam usando para o ativismo e a resistência à remoção da Vila Autódromo é tão importante.

Em outras palavras, em vez de pintar uma imagem ingênua da Internet como intrinsecamente libertadora, ou uma imagem mais sombria dela como mais um local de opressão, sugiro que é um local de relações e atividades que permite às pessoas contornar os caminhos hegemônicos normativos da política para contar uma história diferente e, a seu ver, mais verídica de sua situação. No caso da Vila Autódromo, a visualidade e as redes sociais estavam sendo usadas como uma ferramenta contra-hegemônica, mas que teve todos os tipos de reações e contradições também. Portanto, meu ponto não é que o uso da mídia em si revoluciona a vida dos ativistas e moradores de favela, ou qualquer vida, ou que os faz alcançar justiça social e igualdade. Por mais democrática que a

Internet possa parecer para muitos, estou ciente de que isso não significa que o uso do meio seja intrinsecamente, em qualquer extensão, libertador. Existem todos os tipos de vozes – e '*haters*' – se misturando, incluindo as reacionárias, conservadoras, racistas e violentas. Além disso, quando se trata dos usos da Internet, algumas das preocupações recentes de muitos pesquisadores são os riscos que as tecnologias digitais e as redes sociais representam para a democracia e lutas de poder por informações (ZUBOFF, 2019), especialmente no que alguns problematizam como '*política pós-verdade*'.

Shoshana Zuboff (2019) analisa esta fusão do capitalismo e da Internet através da noção de "capitalismo de vigilância": a transformação da "experiência humana" em "excedente comportamental" por meio da manipulação de dados digitais dos usuários sem seu consentimento ou mesmo contra seu consentimento para alimentar a economia de vigilância e política¹¹. Talvez seja precisamente

¹¹ Recentemente, o escândalo Facebook-Cambridge Analytica estourou, revelando ilegalidades na comercialização de dados

por isso que o caso da Vila Autódromo é tão relevante. Contra este pano de fundo de descrença sobre como a Internet pode ser usada para afetar a vida das pessoas, penso que meus dados etnográficos mostram, distintamente, que por meio do uso da visualidade e das redes sociais, moradores de favela que enfrentam a violência do Estado e outras violações criaram uma forma sem precedentes de participar de um debate público para o qual historicamente nunca foram convidados. Os caminhos através dos quais as pessoas estão compartilhando conteúdo na Internet também estão moldando novas formas de interação social, na medida em que as plataformas de divulgação da

coletados de milhões de usuários do Facebook com a intenção de não apenas modificar o comportamento para fins de mercado, mas também manipulando resultados eleitorais, como aquele que elegeu Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016. A empresa de análise de dados por trás do escândalo, Cambridge Analytica, era dirigida pelo conselheiro de campanha de Trump, Steve Bannon, que também esteve envolvido na campanha do referendo britânico conhecido como Brexit, através de parceria com outra empresa de dados, a AggregateIQ. Os meios de comunicação também relataram conexões entre Bannon e a campanha presidencial de Jair Bolsonaro no Brasil. Para mais informações, veja a série "The Cambridge Analytica Files" publicada pelo The Guardian (2018) após a realização de um ano de investigação sobre como o gerenciamento de dados influenciou eleições nos últimos anos.

informação não estão apenas concentradas "nas mãos de conglomerados" (JENKINS *et alli*, 2013, p. 14). Em outras palavras, as "comunidades em rede" não estão apenas espalhando conteúdo, mas "moldando como a mídia circula" (JENKINS *et alli*, 2013, p. 19), uma ideia intimamente ligada à noção de "infopolítica" proposta por Bernal (2014).

Violência e comunicação não são opostas, no entanto. Os regimes infopolíticos podem distorcer, suprimir e censurar através da criação de um clima de medo da violência (BERNAL, 2014, p. 31). A principal diferença, porém, entre os espaços online da diáspora em Eritreia, que são o foco da pesquisa de Bernal, e meu campo é que, no caso dela, o estado pode alcançar a mente das pessoas, mas não seus corpos. Porém, para as pessoas da Vila Autódromo – e de muitas outras favelas brasileiras vulneráveis ao terror político do Estado – são suas mentes e, principalmente, seus corpos que são os principais alvos da violência.

Em relação à Internet, as principais ferramentas utilizadas foram o Facebook, uma das redes sociais

mais populares do mundo, e seu aplicativo de mensagens móveis e instantâneas, Whatsapp. No contexto do meu trabalho de campo, estas redes foram implantadas principalmente como recursos de documentação em tempo real e dispositivos de campanhas online, apoiados pela produção de vídeos e fotografias. Na Vila Autódromo, o material audiovisual foi produzido com quatro finalidades principais: (1) para neutralizar e reenquadrar as narrativas prevalentes; (2) para dar visibilidade e aumentar a conscientização sobre o contexto da remoção, enquanto reunia mais apoiadores ao longo do caminho; (3) para produção de evidências, ou seja, como uma arma política contra a prefeitura (formalmente nos documentos de defesa do processo civil público ou informalmente em publicações do Facebook), e (4) às vezes como um escudo instantâneo de proteção contra a violência física ou moral.

Diferentemente das mobilizações sociais que começam no ciberespaço para depois alcançar o espaço urbano (CASTELLS, 2012), no caso da Vila Autódromo o uso da "esfera pública online" (BERNAL,

2014) veio muito mais tarde. Quando os ativistas criaram a página da Vila Autódromo no Facebook – @vivaavilaautódromo – em abril de 2012, a resistência do grupo contra a remoção já era reconhecida em meio aos movimentos sociais cariocas. Como Delmo, um morador lembrou-me, "*nós [sempre] estivemos presente em diferentes lutas e espaços de luta pela justiça social no Rio*". A novidade agora, segundo ele, foi que "*tiveram que modernizar a luta*" e incorporar tecnologias digitais em suas ações. Em suas próprias palavras:

Se você entrar em uma luta e não se atualizar diariamente, você está fadado ao fracasso. A luta mudou. Porquê? Por causa do Comitê Olímpico Internacional (COI) e dos Jogos Olímpicos. [...] Quando falamos do COI e de Olimpíadas, estamos falando de esportes para todo o mundo. Que canal de comunicação iria querer se opor ao COI se eles sobrevivem das notícias, e os eventos esportivos são uma constante presença nas notícias? Quem gostaria de se colocar contra o COI? Ninguém. Então começamos a perceber que toda a mídia tinhamos abandonado. A luta ficou injusta, sabe? Poderíamos conversar por 2.000 horas e nada apareceria na mídia. Considerando que o prefeito falava duas palavras e aparecia em todos os meios de comunicação. Suas palavras tinham valor, as nossas não. Suas palavras alcançavam os

cidadãos, as nossas não. Então tivemos que nos modernizar.

O depoimento de Delmo é um bom exemplo do que Bernal (2014) define como "infopolítica". Como se sabe, narrativas da mídia tradicional historicamente apoiaram políticas de remoção. Mais recentemente, no entanto, como as políticas de urbanização de favelas haviam se tornado a norma, para muitos setores da sociedade brasileira havia uma expectativa de que as expulsões forçadas de favelas tivessem sido abandonadas como política urbana (BRUM, 2013; MAGALHÃES, 2013, 2019). Nesse contexto, moradores da Vila Autódromo conseguiram se tornar parte da narrativa sobre sua luta nos fóruns nacionais, e muitas vezes foram retratados nas notícias como um importante símbolo de resistência à remoção. Mais tarde, como Delmo explica, quando o raciocínio de um "legado social" (EVANS, 2016) começou a ser adotado pelos meios hegemônicos em função das circunstâncias políticas provocadas pelas Olimpíadas, o uso da mídia na política tornou-se ainda mais relevante para veicular a mensagem

'politicamente correta' que alguns setores da sociedade esperavam – isto é, que a realização dos jogos iria promover as importantes mudanças urbanas que muitos cidadãos esperavam há muito tempo, como, por exemplo, a expansão e modernização do sistema de transporte público. No entanto, como observei anteriormente, Paes e seus parceiros do setor privado tinham outros interesses em suas agendas políticas e econômicas, mas nenhuma que pudesse ser sinalizada publicamente, pelo menos não tão explicitamente, sem prejudicar gravemente sua imagem (e a de seu partido político, o MDB).

Como havia uma grande lacuna entre o que Paes falava publicamente e o que realmente estava acontecendo na Vila Autódromo, uma 'disputa narrativa' passou a ocorrer entre as declarações públicas de Paes e as contra-narrativas produzidos pelos ativistas. Foi usando os discursos tendenciosos dos meios de comunicação que privilegiam interesses capitalistas (como os que estão por trás dos Jogos Olímpicos, por exemplo) que políticos conseguem enfraquecer muitos grupos de resistência. Como resposta, ativistas

de base tiveram que criar novas estratégias para reingressar nos fóruns urbanos para debater suas causas e, adicionalmente, exercer pressão sobre o Estado. Esta guerra midiática é utilizada para neutralizar as ações generalizadas do Estado nestes territórios, resistindo e opondo-se a elas em canais alternativos de comunicação.

Diante deste quadro, quase todas as vezes que discutia com meus colaboradores de pesquisa sobre o uso que fazem das mídias visuais e digitais, a ideia de "trazer a verdade" surgia de uma maneira ou de outra. Por exemplo, na entrevista que fiz com Dona Jane, perguntei a ela porque ela sempre tinha uma câmera com ela como se fosse uma extensão de seu corpo. Ela respondeu:

Para que eu tenha um registro que prova que, hoje, o que estou dizendo (para você) não é mentira. [...] pelo menos eu posso usar pra aumentar a conscientização das pessoas, porque eles não podem ver que eles têm que lutar. Pelo menos por isso. (Provar que) não estou aqui alucinando, estou contando o que vivina verdade, e a prova está nas fotos e nas filmagens.

Anteriormente, explorei o impacto da representação sobre as

subjetividades de moradores das favelas, bem como os efeitos reais da reprodução de estereótipos que relacionam corpos racializados à violência e criminalidade (GAMA, 2014). Ao examinar essas questões, também discuto por que é tão importante que essas pessoas tenham a oportunidade, a habilidade e os recursos tecnológicos necessários para auto-representar suas realidades e, em última instância, reclamar ou disputar o controle sobre sua representação em romances, filmes, televisão, séries, novas mídias e assim por diante (GAMA, 2009; GAMA, 2014). Sendo a representação "um domínio principal de poder para qualquer sistema de dominação" (BELLHOOKS, 1996), reivindicar o controle sobre a representação é, portanto, um meio de resistir à dominação.

Resistência e luta midiática

Neste trabalho, demonstrei os diferentes usos que ativistas da Vila Autódromo fizeram das mídias fotográfica e audiovisual e a infraestrutura das redes sociais, e como esses usos motivaram e moldaram a colaboração entre nós ao

longo da pesquisa etnográfica. Um padrão comum desses novos movimentos sociais é o uso da Internet combinado com interação física no espaço urbano, que pode incluir a ocupação de um lugar específico (por exemplo, nos movimentos Ocupa ou *Occupy*), e a possibilidade de criação de uma nova forma de "representação democrática" ou reconstruindo a "representação democrática de baixo para cima" (CASTELLS, 2012). Como resultado, diferentes linguagens e formas de expressão evoluíram para comunicarem a luta pela justiça social em todo o mundo (MCLAGAN; MCKEE, 2012) e o material que produzimos de forma colaborativa foi muito influenciado por isso.

À luz das questões exploradas neste trabalho, pode parecer utópico achar que o trabalho desses ativistas foi fundamental para frustrar o objetivo final de despejar os moradores da Vila Autódromo. Portanto, poderia ser questionado, qual foi a real contribuição do uso de novas mídias dentro da dinâmica terror/resistência? Tornar os problemas visíveis dentro e fora da Vila Autódromo? Quais foram as reais implicações políticas da descentralização dos discursos

oficiais? Penso que meu material etnográfico fornece alguns pontos importantes a serem incorporados à discussão.

Por exemplo, embora seja verdade que ao gravarem o ataque que sofreram pelas tropas municipais em nada alteraram a violência física a que foram submetidos, a captação dos vídeos através de seus aparelhos celulares permitiu aos moradores revelar o que realmente aconteceu, ao contrário do que vinha sendo divulgado na grande mídia. Em última análise, como muitos moradores apontaram, permitiu-lhes também divulgar sua causa. Talvez mais importante do que a obtenção de resultados sob uma lógica produtivista, é a conscientização e a mobilização e encorajamento de pessoas em situações sociais semelhantes. Como argumentei, as práticas midiáticas de resistência são uma forma de desafiar as narrativas oficiais ou o conhecimento oficial disseminado pelas mídias tradicionais através da criação de narrativas midiáticas de autorepresentação que enquadrem as vivências diárias dos moradores. Foi assim que moradores da Vila Autódromo conseguiram expor a

violação de seus direitos por parte do Estado, ao mesmo tempo em que reivindicavam o controle sobre sua representação e encontravam uma forma de desafiar o poder infopolítico do Estado.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

bell hooks. *Reel to reel: race, sex, and class at the movies*. New York: Routledge, 1996.

BERNAL, Victoria. *Nation as network: Diaspora, cyberspace, and citizenship*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. *O Social em Questão*, n. 29, p. 197-208, 2013.

BRUM, Mario. Opção pelos pobres: a Pastoral de Favelas e a reorganização do Movimento de Favelas no Rio de Janeiro na redemocratização. *Estudos Históricos*, n. 31, p. 413-432, 2018.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. Oxford; Malden, Mass: Blackwell Publishers, 2000.

CASTELLS, Manuel. *Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age*. Cambridge: Polity Press, 2012.

COLEMAN, Gabriella E. Ethnographic Approaches to Digital Media. *Annual Review of Anthropology*, n. 39, p. 487-505, 2010.

COULDRY, Nick. *The place of media power: pilgrims and witnesses of the media age*. London; New York: Routledge, 2000.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas*, vol. 4, n. 3, p. 371-401, 2011.

EDELMAN, Marc. Social movements: changing paradigms and forms of politics. *Annual Review of Anthropology*, n. 31, p. 469-496, 2001.

EVANS, Gillian. London's Olympic Legacy: The Inside Track. London: Palgrave Macmillan, 2016.

FANDY, Mamoun. Cyber Resistance: Saudi opposition between globalization and localization. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 41, n. 1, p. 124-47, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. *SHM 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

FLETCHER, Robert. What are we fighting for? Rethinking resistance in a Pewenche community in Chile. *Journal of Peasant Studies*, vol. 28, n. 3, p. 37-66, 2001.

GAMA, Antonia (Antonia Gama C. de O. da Costa). "Fazendo do nosso jeito": o audiovisual a serviço da "ressignificação da favela". (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

GAMA, Antonia (Antonia Gama C. de O. da Costa). The way I see today:

realities, fictions and chains of representation in *Cidade de Deus*. Mestrado - *Companion Text – MPhil in Ethnographic Documentary*. Granada Centre for Visual Anthropology, Universidade de Manchester, 2014.

GAMA, Antonia (Antonia Gama C. de O. da Costa). *The Way I See Today [O Olhar que Eu Tenho Hoje]*. Documentário Etnográfico (*MPhil in Ethnographic Documentary*), 46 minutos. Granada Centre for Visual Anthropology, Universidade de Manchester, 2016.

GAMA, Antonia (Antonia Gama C. de O. da Costa). *Brick by Brick: an ethnography of terror politics and media-oriented activism in Rio de Janeiro*. (Doutorado em Antropologia). Granada Centre for Visual Anthropology, Universidade de Manchester, 2019.

GINSBURG, Faye (2016). Indigenous Media from U-Matic to Youtube: medias overignty in the digital age. *Sociol. Antropol.*, 06 (03): 581-599. Rio de Janeiro.

GLADWELL, M. Small change. Why the revolution will not be tweeted. *The New Yorker* (p. 1-5), 2010. Disponível em: <http://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-3>. Último acesso: 31 out. 2019.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Spreadable Media: Creating Value and Meaning in a Networked Culture*. New York; London: NYU Press, 2013.

MAGALHÃES, Alexandre de Almeida. O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, vol. 19, n. 40, p. 89-118, 2013.

MAGALHÃES, Alexandre de Almeida. *Remoções de favelas no Rio Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Curitiba: Appris, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*, n. 15, p. 11-40, 2003.

MCCHESENEY, Robert W. The political economy of communication and the future of the field Media. *Culture and Society*, n. 22, p. 109-116, 2000.

MCLAGAN, Meg; MCKEE, Yates (eds.). *Sensible Politics: The Visual Culture of Nongovernmental Politics*. New York: Zone Books, 2012.

MEDEIROS, Mariana Gomes. *Megaeventos e direito à moradia: como opera o empreendedorismo urbano no contexto do neodesenvolvimentismo: o caso do Parque Olímpico no Rio de Janeiro*. (Mestrado em Direito). Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, 2014.

NABACK, Clarissa Pires de Almeida. *Remoções Biopolíticas: o habitar e a resistência da Vila Autódromo*. (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

NAGENGAST, Carol. Violence, Terror, and the Crisis of the State. *Annual Review of Anthropology*, n. 23, p. 109-136, 1994.

ORTNER, Sherry B. Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 37, n. 1, p. 173-93, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cybercultural Politics: Political Activism at a Distance in a Transnational World. In: ALVAREZ *et alli*. *Cultures of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*. Westview Press, 1998.

ROLNIK, Raquel. Remoções forçadas em tempos do novo ciclo econômico. *Carta Maior*, 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Remocoes-forçadas-em-tempos-de-novo-ciclo-economico%0D%0A/4/25808>. Último acesso em: 31 ago. 2015.

ROLNIK, Raquel. Late neoliberalism: the financialization of homeownership and housing rights. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 37, n. 3, p. 1058-66, 2013.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANFORD, Victoria (2004). Contesting displacement in Colombia: citizenship and states overignty at the margins. In: DAS, Veena; Poole, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, NM: School of American Research, p. 253-277.

SLUKA, Jeffrey. Introduction: State terror and anthropology. In: SLUKA, Jeffrey (ed.). *Death squad: the anthropology of state terror*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2000. p. 1-45.

SLUKA, Jeffrey. Terrorism and taboo: an anthropological perspective on political violence against civilians. *Critical Studies on Terrorism*, vol. 1, n. 2, p. 167-183, 2008.

VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAN LAER, Jeroen; VAN AELST, Peter. Internet and social movement action repertoires. *Information, Communication & Society*, vol. 13, n. 8, p. 1146-1171, 2010.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid Brasileiro: raça e segregação residencial no

Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*, vol. 48, n. 1, p. 75-131, 2005.

WILSON, Samuel. M.; PETERSON, Leighton. C. The anthropology of online communities. *Annual Review of Anthropology*, vol. 31, n. 1, p. 449-467, 2002.

YÚDICE, George. *A conveniência da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: Public Affairs, 2019.